



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570578 - RJ (2020/0079742-2)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CLAUDIA VALERIA TARANTO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : PAULO RICARDO FREIRE DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

**PAULO RICARDO FREIRE DOS SANTOS** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** na Apelação Criminal n. 0001172-75.2016.8.19.0045.

Neste *writ*, a defesa postula, liminarmente, a suspensão da execução da reprimenda do réu. Para tanto, sustenta a ilegalidade na determinação da execução imediata da pena, ao argumento de que tem o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade.

#### **Decido.**

Extraí-se dos autos que a Corte estadual, ao julgar a apelação criminal, determinou a **expedição de mandado de prisão quando exaurida a possibilidade de tramitação de recursos em segunda instância**, ainda que pendentes recursos extraordinários sem efeito suspensivo. A defesa comprovou a interposição de recurso especial em face do acórdão.

À época, existia tese de repercussão geral fixada pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal na análise do ARE n. 964.246/SP (julgado em 11/11/2016), de que era possível a execução do acórdão de segundo grau antes do trânsito em julgado da condenação, na pendência de recursos especial e extraordinário, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados. Isso porque, ausente o efeito suspensivo dos reclusos e esgotada a discussão sobre matéria fática, a providência não implicaria violação do princípio da presunção de inocência. O entendimento era aplicável a todos os processos em curso.

Entretanto, no dia 7/11/2019, o **Supremo Tribunal Federal** modificou esta compreensão ao concluir o julgamento das ADC's 43, 44 e 54. Por maioria de votos (6 X 5), o Plenário **decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da pena**. O art. 283 do CPP está em conformidade com a garantia prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. A decisão proferida em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória (art. 26 da Lei n. 9.986/1999). Tem eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive em relação aos órgãos do Poder Judiciário. Desde 7/11/2019, no estado de coisas atual, não se poder dar início da execução após o exaurimento da jurisdição ordinária.

Permanece, contudo, a possibilidade de prisão *ante tempus*, por ato judicial motivado, mediante indicação concreta de razões fáticas e jurídicas que a justifiquem, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Na hipótese dos autos, necessária a manutenção da liberdade do paciente até o trânsito em julgado da sentença condenatória, eis que ainda pendente de julgamento o recurso especial interposto pela defesa.

Ante o exposto, **defiro a liminar para permitir ao paciente que aguarde em liberdade o trânsito em julgado da condenação**.

Dispenso a solicitação de informações complementares, porquanto suficientemente instruído o feito.

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator